



## GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU – MINAS GERAIS

### DECRETO Nº 4.918, DE 04 DE JANEIRO DE 2021

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DA COMISSÃO DE MONITORITAMENTO E AVALIAÇÃO DAS PROPOSTAS APRESENTADAS NOS PLANOS DE TRABALHO E NA DOCUMENTAÇÃO ENCAMINHADA PELAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Carlos Gonçalves da Fonseca, Prefeito do Município de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 63, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,

#### **DECRETA:**

**Art. 1º.** Fica criada a COMISSÃO DE MONITORITAMENTO E AVALIAÇÃO, com o objetivo de emitir parecer técnico, com base na análise das propostas apresentadas nos planos de trabalho e na documentação encaminhada pelas organizações da sociedade civil das entidades prestadoras de serviços ao Município de Itanhandu, de acordo com a Lei Federal nº 13.019/2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204/2015 e Decreto Municipal nº 2.629, de 06 de março de 2017.

**Art. 2º.** A Comissão de Monitoramento e Avaliação do Marco Regulatório do Terceiro Setor, será composta pelos seguintes servidores, por áreas, que obedecerão os respectivos cargos:

- I - Presidente
- II - Secretário
- III - Membro

#### **a) Educação:**

- I – Fernanda Fonseca de Andrade
- II – Diana Abreu Silva
- III – Andresa Cristina Batista

#### **b) Social:**

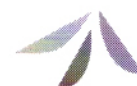
- I – Vania Aparecida de Oliveira
- II – Bianca Gonçalves de Oliveira
- III – Ellen Rodrigues Camargo

#### **c) Saúde:**

- I – Sheila Aparecida Gonçalves
- II – Daniela Costa Guida
- III – Raquel de Araujo

#### **d) Desenvolvimento Econômico e Agricultura:**

- I – Erick Javan Guedes
- II – Debora Nogueira Leite
- III – Marcelo Chagas





## **GOVERNO DO MUNICÍPIO DE ITANHANDU – MINAS GERAIS**

### **e) Esportes:**

- I – Cesar Augusto Cosme
- II – Allison Filadelfo Lopes
- III – Caíque Fernandes Moreira

### **f) Turismo e Cultura:**

- I – Fábio Régis da Silva
- II – Marcos Alexandre de Carvalho
- III - José Guilherme Ordine

**Art. 3º.** A Comissão de Monitoramento e Avaliação das propostas apresentadas nos Planos de Trabalho e na documentação encaminhada pelas Organizações da Sociedade Civil do Terceiro Setor, prestará serviços de caráter relevante ao Município, não acarretando ônus aos cofres públicos.

**Art. 4º.** Ficam revogados os Decretos nºs 2.634/2017 e 4.088/2019.

**Art. 5º.** Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Itanhandu, 04 de janeiro de 2021.

**Carlos Gonçalves da Fonseca**  
Prefeito Municipal

  
**José Guilherme Ordine**  
Secretário Municipal de Administração e Finanças

